

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Informações gerais sobre o Grupo**

### **Controladas e Coligadas**

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidade em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. Em maio de 2016 foi concluída a transferência da unidade de Gravataí/RS para o site de Araucaria/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros. Em novembro de 2016 foi efetivada a venda da unidade de metanol.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. – (“Apolo Tubulars”) sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás.
- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**Recuperação Judicial**

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. (“Recuperandas”) nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses o prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da “UPI Terreno Benfica.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dívidas concursais foram:

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;

Classe II – 2 opções de pagamento.

Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;

Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pela variação da TR acrescida de juros de 1% aa.

Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

Classe III – 3 opções de pagamento.

Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.

Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.

Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial

Adicionalmente a essas ações, é oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter celebrado contratos de médio e longo prazos que reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras.

### Fato Relevante

Em 24 de maio de 2016 a Companhia divulgou Fato Relevante sobre a Apolo Tubulars conforme abaixo:

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

“Em 24 de maio de 2016, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Apolo Tubulars S.A. ("Apolo Tubulars"), sociedade da qual detém, indiretamente, 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante, no âmbito da 30ª fase da operação Lava-Jato. Em decorrência de tal evento, a Apolo Tubulars esclareceu que todos os contratos por ela celebrados seguem rigorosamente a legislação aplicável e as melhores práticas de governança corporativa, todos os seus contratos são celebrados em condições e preços de mercado e nenhum pagamento indevido foi feito a qualquer terceiro. A Apolo Tubulars informou ainda que, certa de não ter praticado nenhum ato contrário à lei, cooperou e continuará cooperando com as autoridades competentes na prestação de todas as informações solicitadas, para que tudo seja devidamente esclarecido com a maior brevidade possível.”

Em 01 de julho de 2016 a Companhia publicou Fato Relevante em complemento ao anterior conforme abaixo:

“A GPC Participações S.A. (BM&FBovespa: GPCP3) ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6º, da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, informa ao mercado e a seus acionistas, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 24 de maio de 2016, que teve conhecimento do recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato", contra os Srs. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares (Presidente do Conselho de Administração da Companhia), Carlos Eduardo de Sá Baptista (Diretor Presidente da Apolo Tubulars S.A.) e outros. Destaca-se que a Companhia não é parte na referida ação e tomou conhecimento do fato supra referido através da mídia. A Companhia reitera que tanto ela como suas investidas adotam rigorosos padrões éticos na condução de seus negócios e que todos os contratos por elas celebrados seguem, rigorosamente, a legislação aplicável e as melhores práticas de governança corporativa. Nos termos exigidos pela legislação aplicável e na medida em que a Companhia receba informações de fontes oficiais, a Companhia manterá o mercado e seus acionistas informados a respeito desta questão.”

Em setembro de 2016 a Administração da Apolo Tubulars S.A. contratou uma empresa especializada para execução de serviços técnicos de forense com o intuito de apurar os fatos que levaram a citação da Apolo Tubulars S.A. na 30ª fase da referida operação. O referido trabalho está em fase de execução com previsão de conclusão até Março de 2017.

Em 8 de março de 2017, foi proferida pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba, sentença nos autos da ação penal n.º 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, que absolveu o Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e o Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista de todas as acusações a eles imputadas na supra referida denúncia.

## **2. Resumo das principais práticas contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 27 de março de 2017.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2015.

#### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 5);
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 16);
- Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 13);
- Provisão para contingências (Nota 14);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 10);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 10 e 11); e
- Receita com fornecimento de bens (Nota 19).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

### **2.3. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016**

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instruments*, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Entidade no futuro.

**IFRS 9 – Instrumentos financeiros** - Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

**IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes** – Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

**IFRS 16 – Arrendamento** - Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019.

### **2.4. Informações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a companhia obteve o controle, e será consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes :

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

#### **2.5. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

#### **2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### **2.7. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### **2.8. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD**

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

#### **2.9. Estoques**

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### **2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)**

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	12 anos
Máquinas/instalações industriais	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**2.12. Ativos intangíveis com vida útil indefinida**

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.13. Capitalização de juros**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos**

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **2.15. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.16. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

## **2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**2.19. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**2.20. Lucro (Prejuízo) líquido por ação**

Lucro (Prejuízo) líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da diluição do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há diferença entre o cálculo de lucro (prejuízo) por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Caixa e Bancos</b>				
Caixa	2	2	11	31
Banco do Brasil	-	-	32	83
Banco Bradesco S/A	-	-	5	5
Banco Itau S/A	2	-	161	137
Banco Banrisul S/A	-	-	7	-
Banco Fibra	-	-	-	12
Banco Daycoval S/A	-	-	258	21
Banco BBM S/A	-	-	2	83
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	2	-
Caixa Econômica Federal	-	-	15	-
Banco Prosper (a)	-	-	13	13
Bicbanco S/A	-	-	-	89
Banco Safra S/A	-	-	69	96
Banco Santander	-	-	6	6
Banco Panamericano S/A	-	-	24	124
Lecca CFI S/A	-	-	148	138
Outros	108	132	112	216
<b>Total de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>112</b>	<b>134</b>	<b>865</b>	<b>1.053</b>

#### 3.1 Aplicações Financeiras

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica	-	16
Banco BBM	709	622
	<b>709</b>	<b>638</b>

#### 3.2 Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições. Em 31 de dezembro de 2016 já não possuía saldos nestas contas.

Com relação ao Banco Prosper os recursos ficaram retidos quando da intervenção pelo Banco Central.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Banco Indusval	-	22
Banco InterCap	-	110
Bic Banco	-	3
Banco Pan	<b>108</b>	108
Banco Prosper	<b>592</b>	592
Banco Safra	<b>23</b>	23
	<b>723</b>	<b>858</b>

### 3.3 Outros Ativos Financeiros

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado</b>		
Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação	<b>52</b>	200
	<b>52</b>	<b>200</b>

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI.

### 4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Cientes no exterior	<b>1.737</b>	335
Cientes no país	<b>54.741</b>	45.137
Outras Contas a Receber	<b>3.989</b>	3.989
<b>Factoring's</b>	<b>(17.350)</b>	(26.676)
Banco Daycoval	-	(1.339)
Lecca SFI S/A	-	(1.798)
Redfactor Factoring S/A	<b>(1.331)</b>	(10.310)
Hope Fomento Mercantil	-	(6)
Banco Athena	<b>(7.130)</b>	(6.252)
Valor	<b>(1.382)</b>	(3.800)
Grupo Sifra	<b>(6.531)</b>	(3.079)
LS Interbank	<b>(976)</b>	(92)
Ajuste a valor presente	<b>(221)</b>	(161)
PECLD	<b>(8.544)</b>	(6.472)
	<b>34.352</b>	16.152

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto assim:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
A vencer	<b>32.467</b>	13.707
Vencidas 1 a 30 dias	<b>1.840</b>	2.146
Vencidas 31 a 60 dias	<b>227</b>	259
Vencidas 61 a 90 dias	<b>296</b>	134
Vencidas a mais de 90 dias	<b>8.066</b>	6.379
	<b>42.896</b>	22.624
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	<b>(8.544)</b>	(6.472)
	<b>34.352</b>	16.152

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.



## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>6.472</b>
( + ) Complemento de PCLD	2.282
( - ) Baixas ocorridas	(210)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>8.544</b>

## 5. Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Matérias-primas e embalagens ( a )	<b>10.424</b>	10.999
Produtos em elaboração	<b>3.129</b>	2.007
Produtos acabados ( b )	<b>8.262</b>	6.643
Almoxarifado de manutenção e reposição ( c )	<b>1.025</b>	3.105
Importações em andamento	<b>3.652</b>	2.395
Estoque próprio em poder de terceiros	<b>5.273</b>	4.867
Estoque de terceiros ( d )	<b>3.416</b>	3.533
Catalisadores	<b>828</b>	1.018
Outros estoques	<b>84</b>	1.396
(-) Provisão p/perdas ( e )	-	(2.608)
	<b>36.093</b>	33.355

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições de alta rotatividade para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros consumíveis;
- (d) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais;
- (e) O montante provisionado como perda em estoques o valor de R\$2.608 refere-se aos itens obsoletos motivados pela operação descontinuada da planta de Benfica no Rio de Janeiro – RJ, que teve seu processo interrompido em 30 de setembro de 2013 e foram baixados em 31 de dezembro de 2016.

## 6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS/COFINS	-	-	3.495	3.236
IPI	-	-	20	14
ICMS (a)	-	-	1.654	5.645
IRPJ e CSLL	-	-	4.494	401
IRRF	2.864	3.844	6.589	8.925
OUTROS	30	30	2.605	2.171
	<u>2.894</u>	<u>3.874</u>	<u>18.857</u>	<u>20.392</u>
(-) Circulante	<u>2.864</u>	3.844	<u>17.941</u>	19.476
Não circulante	<u>30</u>	30	<u>916</u>	916

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

(a) Do saldo apresentado em 2016, a Controlada GPC Química detém R\$ 1.326, sendo R\$ 696 referentes à aquisição de créditos da empresa Marini Indústrias de Compensados Ltda, R\$57 remanescentes do site de Benfica e outros R\$ 573, além de R\$328 da Controlada Apolo Tubos.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

## 7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	<b>3.292</b>	2.290
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	<b>1.649</b>	1.649
Créditos MC Kinley (c)	<b>18.096</b>	16.882
	<b>23.037</b>	20.821
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	<b>9.877</b>	9.162
Créditos a receber – Polwax (b)	<b>2.170</b>	2.170
Compensados LFPP Ltda	<b>1.652</b>	1.652
Servatis S/A	<b>970</b>	970
Créditos Guaxupé (c)	<b>53.856</b>	47.732
	<b>68.525</b>	61.686
(-) Provisão para perdas (b)	<b>(2.170)</b>	(2.170)
	<b>66.355</b>	59.516

(a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente pela GPC Química. Até 31 de dezembro de 2016 foram recebidas seis parcelas referentes aos créditos da União Federal, sendo a última recebida em 08 de Março de 2016 no montante de R\$4.095, o saldo existente corresponde a quatro parcelas de R\$ 1.941 (três parcelas no longo prazo e uma no curto prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a GPC Química recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564. Os saldo estão de acordo com documento expedido pelo Tribunal Federal da 1ª Região.

(b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;

(c) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”). e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 (b).

Em junho de 2015 a União Federal emitiu certidão de precatório referente ao saldo da McKinlay no valor de R\$ 16.237 com previsão para pagamento até abr/2017.

A Administração da GPC Química considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

## 8. Bens destinados a venda

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 e no aditivo ao Plano aprovado em 19 de outubro de 2016, o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860, apresentado como bens destinados a venda, será revertido para pagamento do saldo do credor garantidor e dos credores da Classe II que optaram pela alternativa A.

Em maio de 2016 foi realizada pela empresa Cushman&Waakefield nova avaliação de mercado, onde a conclusão para o valor dos imóveis para venda é de R\$ 240.882.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” uma provisão para perda na ordem de R\$ (171), os gastos com a venda do terreno na ordem de R\$ 384 e os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido é de R\$ 193.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Composição dos Bens para Venda</b>	
<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	<b>Valor R\$ (mil)</b>
Terrenos	205.860
Gastos com venda terreno	384
	<b>206.244</b>
<b>Uberaba - MG</b>	
Caminhões	3.013
( - ) Fretes	(2.820)
	<b>193</b>
( - ) Provisão p/perdas	<b>(171)</b>
<b>Saldo Final em 31/12/2016</b>	<b>206.266</b>

## 9. Investimentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Participações em empresas controladas</b>	<b>96.563</b>	51.671	-	-
<b>Participações em empresas coligadas</b>				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	<b>533</b>	494
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	<b>10.444</b>	22.437
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	<b>90</b>	185
Apolo Tubular's	-	-	<b>105.989</b>	93.496
	<b>96.563</b>	51.671	<b>117.056</b>	116.612

a) Mutações nos investimentos durante o exercício

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	2016				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
Saldo em 31/12/2015	-	41.095	10.569	8	51.671
Equivalência patrimonial (Resultado)	(1.502)	63.869	(7.545)	(3)	54.819
Outros resultados abrangentes	626	(11.427)	(1)	(1)	(10.803)
Passivo a descoberto Apolo Tubos (*)	876	-	-	-	876
Saldo em 31/12/2016	-	93.537	3.023	4	96.563

**b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2016**

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	(35.855)	103.107	23.106
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.672)	70.405	(26.549)
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(1.502)	63.869	(7.548)

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos		-	-	5.233	6.761
Imóveis	2 a 8	290	290	26.518	26.398
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	166.360	174.939
Móveis e utensílios	10	189	189	2.728	2.988
Veículos	20	-	-	1.175	1.175
Computadores e periféricos	20	83	83	4.419	4.306
Imobilizações em andamento	-	-	-	20.985	21.130
Outros	-	-	-	555	777
		562	562	227.973	238.474
Depreciação acumulada		(387)	(342)	(72.817)	(74.452)
		175	220	155.156	164.022

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA				
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(123)</b>	<b>(147)</b>	<b>(72)</b>	<b>(342)</b>
Depreciação no Período	(29)	(9)	(7)	(45)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>(152)</b>	<b>(156)</b>	<b>(79)</b>	<b>(387)</b>
Valor Líquido				
<b>Em 31 de dezembro 2016</b>	<b>138</b>	<b>33</b>	<b>4</b>	<b>175</b>
<b>Em 31 de dezembro 2015</b>	<b>167</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>220</b>

CONSOLIDADO									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>26.398</b>	<b>174.939</b>	<b>2.988</b>	<b>1.175</b>	<b>4.306</b>	<b>777</b>	<b>6.761</b>	<b>21.130</b>	<b>238.474</b>
Aquisições	30	623	117	-	181	25	-	9.359	10.335
<b>Baixas ( 1 )</b>	<b>-</b>	<b>(18.323)</b>	<b>(380)</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>	<b>(236)</b>	<b>(1.528)</b>	<b>(301)</b>	<b>(20.836)</b>
Transferências (a)	90	9.121	3	-	-	(11)	-	(9.203)	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>26.518</b>	<b>166.360</b>	<b>2.728</b>	<b>1.175</b>	<b>4.419</b>	<b>555</b>	<b>5.233</b>	<b>20.985</b>	<b>227.973</b>
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(7.178)</b>	<b>(59.507)</b>	<b>(2.619)</b>	<b>(801)</b>	<b>(3.995)</b>	<b>(353)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(74.452)</b>
Depreciação no período	(1.045)	(8.276)	(57)	(52)	(122)	(11)	-	-	(9.563)
Juros s/obras em andamento	-	(344)	-	-	-	-	-	-	(344)
<b>Baixas ( 1 )</b>	<b>3</b>	<b>10.975</b>	<b>327</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>192</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.542</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>(8.220)</b>	<b>(57.152)</b>	<b>(2.349)</b>	<b>(853)</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(172)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(72.817)</b>
Valor Líquido									
<b>Em 31 de dezembro 2016</b>	<b>18.298</b>	<b>109.208</b>	<b>379</b>	<b>322</b>	<b>347</b>	<b>383</b>	<b>5.233</b>	<b>20.985</b>	<b>155.156</b>
<b>Em 31 de dezembro 2015</b>	<b>19.220</b>	<b>115.432</b>	<b>369</b>	<b>374</b>	<b>311</b>	<b>424</b>	<b>6.761</b>	<b>21.130</b>	<b>164.022</b>

1 – Em virtude da desmobilização do site de Gravataí, parte dos equipamentos foram vendidos através de leilão industrial. A redução líquida do valor do imobilizado foi de R\$ 6.932.

Foi realizada reavaliação dos ativos da Apolo Tubos, sendo o efeito líquido R\$ 416 no imobilizado. Em novembro de 2016 foi celebrado contrato de Dação em pagamento para a quitação de débitos de aluguéis com terreno localizado na Pavuna, Rio de Janeiro, anexo ao parque fabril. O valor da transação foi de R\$ 16.777 e o custo do imóvel é de R\$1.528.

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicativos de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

## 11. Intangível

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	<b>30.121</b>	30.121
Marcas e patentes	-	-	<b>259</b>	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	<b>936</b>	948
Outros	<b>1</b>	1	<b>238</b>	238
Amortização acumulada	-	-	<b>(30.741)</b>	(30.744)
	<b>1</b>	1	<b>813</b>	822

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

## 12. Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Fornecedores Concursais - Classe III</b>				
Opção A - Nacionais	<b>227</b>	252	<b>24.247</b>	35.223
Opção A - Estrangeiros	-	-	<b>4.502</b>	4.752
Opção B - Nacionais	-	-	<b>12.447</b>	13.853
<b>Fornecedores Extraconcursais</b>				
Nacionais	<b>112</b>	168	<b>10.395</b>	6.633
Estrangeiros	-	-	<b>2.678</b>	106
	<b>339</b>	420	<b>54.269</b>	60.567
Circulante	<b>339</b>	420	<b>42.249</b>	60.567
Não Ciulante	-	-	<b>12.020</b>	-

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial serão pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na nota explicativa nº1.



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Em moeda nacional - <b>(Concursais)</b>	<b>33.793</b>	37.386	<b>124.674</b>	176.086
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. <b>(Extraconcursais)</b>	-	-	<b>21.563</b>	22.164
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	<b>29.856</b>	35.143	<b>29.856</b>	35.143
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais juros que variam de 7,30% a 13% a.a. <b>(Extraconcursais)</b>	-	-	-	256
	<b>63.649</b>	<b>72.529</b>	<b>176.092</b>	<b>233.649</b>
Circulante	<b>5.331</b>	<b>72.529</b>	<b>66.468</b>	<b>211.886</b>
Não Circulante	<b>58.318</b>	-	<b>109.624</b>	<b>21.763</b>

#### Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em outubro de 2016 foi aprovado o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Em moeda Nacional (Concursais)</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Classe II</b>		
<b>Opção A</b>		
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	<b>18.508</b>	7.688
Banco Santander	-	44.451
<b>Opção B</b>		
Banco HSBC	<b>19.241</b>	21.588
Caixa Economica Federal	<b>7.449</b>	8.337
Banco Banrisul	<b>6.806</b>	7.468
<b>Classe III</b>		
<b>Opção A</b>		
Inst. Geiprev de Seg. Social (CCB 104/10)	<b>2.218</b>	2.815
Banco Fibra	<b>10.056</b>	11.190
Banco Banrisul	<b>7.107</b>	7.597
Caixa Economica Federal	<b>4.530</b>	5.048
Redasset Factoring	<b>448</b>	418
Banco Indusval	<b>2.252</b>	2.535
Banco Interacap	<b>448</b>	623
Banco CR2	<b>210</b>	234
<b>Opção B</b>		
Postalis Inst. Seg. Social dos Correios (CCB's - 186/10 - 313/10 - 167/11)	<b>31.575</b>	34.571
Banco Cruzeiro do Sul	<b>2.313</b>	2.581
<b>Opção C</b>		
Banco HSBC	<b>2.416</b>	6.359
<b>Apoiadores</b>		
Banco Bic Banco	<b>1.410</b>	2.216
Banco Daycoval	<b>1.257</b>	1.557
Banco Safra	<b>961</b>	1.316
Banco Panamericano	<b>2.585</b>	3.813
Banco BBM	<b>2.484</b>	3.680
BTG Pactual	<b>400</b>	-
<b>Total</b>	<b>124.674</b>	<b>176.086</b>
<b>Em moeda Nacional (Extraconcursais)</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Banco Bic Banco	-	1.539
Banco Daycoval ( * )	<b>8.987</b>	685
Banco Panamericano	<b>786</b>	1.967
Banco BBM	<b>592</b>	1.605
BSPAR	-	665
Banco Safra	<b>587</b>	1.088
Redasset Factoring	-	2.100
Athena Banco	<b>1.100</b>	2.000
Grupo Sifra	<b>3.285</b>	1.640
Grupo Valor	-	500
Lecca	<b>1.477</b>	2.616
LS Interbank	<b>1.000</b>	143
Eduardo Plass	-	2.601
BTG Pactual	-	199
Outros	<b>3.749</b>	2.816
<b>Total</b>	<b>21.563</b>	<b>22.164</b>

( \* ) A variação decorre principalmente de operações de Captação, através de Conta Garantida, efetuadas pela Apolo Tubos no valor de R\$ 7.000, com vencimentos no decorrer de 2017, garantidas pela GPC Química.

## Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Estrangeira (Concursais)</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Credor Garantidor</b>		
IFC	<b>29.856</b>	35.143
<b>Total</b>	<b>29.856</b>	<b>35.143</b>

<b>Estrangeira (Extraconcursais)</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Banco do Brasil (ACC)	-	256
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>256</b>

#### **ACC**

Em 28 de fevereiro de 2012 a Apolo Tubos celebrou contratos de ACC no valor de US\$ 3.500 com o Banco do Brasil indexado pela variação cambial mais 13% ao ano originalmente com vencimentos em 26 de março de 2013. Este contrato foi renovado e a quitação ocorreu em janeiro/2016.

#### **FINIMP**

Em agosto de 2012, a GPC Química obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. O pagamento será feito respeitando-se a Classe e a opção do HSBC. Classe III opção C.

#### **International Finance Corporation (“IFC”)**

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões,

Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as instalações industriais da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>35.143</b>
Variação cambial	(5.287)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>29.856</b>

#### 14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	31/12/2015	Utilização	31/12/2016
Trabalhista e Previdenciário	55	-	55	2.347	14	2.361
Previdenciário	-	-	-	316	-	316
IPI	-	-	-	1.000	-	1.000
Pis	781	10	791	8.589	778	9.367
Cofins	3.599	63	3.662	39.584	3.765	43.349
Outros ( * )	-	1.589	1.589	6.405	12.998	19.403
	<b>4.435</b>	<b>1.662</b>	<b>6.097</b>	<b>58.241</b>	<b>17.555</b>	<b>75.796</b>

( \* ) Dento da rubrica de outros estão registados causas cíveis e honorários referentes ao Plano de Recuperação Judicial.

#### Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Trabalhistas e Previdenciários	105	97	<b>202</b>	1.991	898	(794)	<b>2.095</b>
Pis	782	35	<b>817</b>	8.674	514	-	<b>9.188</b>
Cofins	3.601	213	<b>3.814</b>	39.947	2.607	-	<b>42.554</b>
Outros	-	-	-	4.365	94	(29)	<b>4.430</b>
Ativo não circulante	4.488	345	<b>4.833</b>	54.977	4.113	(823)	<b>58.267</b>

### Natureza dos casos

#### Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

#### Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2016 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2016 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores foram depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 46.788 até 31 de dezembro de 2016.

**14.1 – Passivos contingentes – Perda possível**

<b>Natureza</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Perda Possível</b>
Trabalhista	4.692
Cível	120.927
Tributária	50.935
	<b>176.554</b>

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando a execução de multa por descumprimento contratual.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Impostos e taxas a recolher

### Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos parcelados				
INSS	291	221	291	221
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	291	221	291	221
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	38.034	38.763
REFIS (c)	-	-	28.239	28.042
REFIS IV ( b )	1.280	1.168	80.747	75.021
REFIS da COPA ( d )	985	870	67.984	71.778
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)			5.860	-
Outros	-	-	308	395
	2.556	2.259	221.463	214.220
Circulante	458	292	37.264	33.138
Não Circulante	2.098	1.967	184.199	181.082

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em set/16 montam R\$35.803 e 2.841, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.904, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 120 parcelas. Em Agosto de 2016 a GPC Química efetuou novo parcelamento de ICMS que estava em aberto no site do Rio, foi nomeado de Refis Judicial e dividido em 180 parcelas, e seu saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.956. A empresa também possui parcelado dívidas de Icms no estado do Paraná, cujo saldo em Dez/16 é de R\$2.549. Também em Agosto de 2016 foi concedido a GPC Química um Refis Judicial sobre débitos remanescentes de 2012, cujo saldo em Dez/16 é de R\$2.957.
- (b) Conforme mencionado na Nota 7 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	-	59.514	3.752	63.266
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	2.212	2.212
(-) Pagamento das parcelas Dez/2013	-	-	(21)	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	59.514	5.943	65.457
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	1.039	-	-	1.039
(+) Atualização selic ano 2014	47	6.146	378	6.571
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(35)	(4.520)	(262)	(4.817)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	18	2.027	-	2.045
Saldo em 31/12/2014	1.069	63.168	6.059	70.296
(+) Atualização selic ano 2015	123	7.471	415	8.008
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(47)	(4.380)	(290)	(4.717)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.410	-	1.433
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.168</b>	<b>67.669</b>	<b>6.184</b>	<b>75.020</b>
(+) Atualização selic ano 2016	152	8.601	412	9.165
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	(63)	(4.150)	(323)	(4.536)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.075	-	1.098
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>1.280</b>	<b>73.195</b>	<b>6.273</b>	<b>80.747</b>

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2016:

	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673	32.158	70.831
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105	3.274	5.379
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal ( 25% de R\$ 65.968 )	(16.492)	(12.302)	(28.794)
(-) Utilização de Base Negativa ( 9% de R\$ 13.810 )	(1.243)	-	(1.243)
(+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11	659	1.025	1.684
(-) Antecipações pagas	(7.957)	(72)	(8.029)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11	(3.324)	(1.166)	(4.490)
Saldo em 31/12/2011	12.421	22.917	35.338
(+) Atualização selic ano 2012	730	1.552	2.282
(-) Pagamento das parcelas ano 2012	(4.755)	(1.871)	(6.626)
Saldo em 31/12/2012	8.396	22.598	30.994
(+) Atualização selic de Jan/13 a Dez/13	359	1.275	1.634
(-) Pagamento das parcelas de Jan/13 a Dez/13	(2.663)	(1.981)	(4.644)
Saldo em 31/12/2013	6.092	21.892	27.984
(+) Atualização selic de Jan/14 a Dez/14	616	1.551	2.167
(-) Pagamento das parcelas de Jan/14 a Dez/14	-	(2.116)	(2.116)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>6.708</b>	<b>21.327</b>	<b>28.035</b>
(+) Atualização selic de Jan/15 a Dez/15	602	1.719	2.321
(-) Pagamento das parcelas de Jan/15 a Dez/15	-	(2.314)	(2.314)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>7.310</b>	<b>20.732</b>	<b>28.042</b>
(+) Atualização selic de Jan/16 a Dez/16	1.054	1.617	2.671
(-) Pagamento das parcelas de Jan/16 a Dez/16	-	(2.474)	(2.474)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>8.364</b>	<b>19.875</b>	<b>28.239</b>



## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2016:

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
Débito incluídos conf. Lei 12.996/14 (Refis da Copa)	783	57.124	4.400	62.307
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	858	858
(+) Atualização selic ano 2014	29	2.038	193	2.260
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(22)	(1.241)	(156)	(1.419)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	5	304	-	309
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>795</b>	<b>58.225</b>	<b>5.295</b>	<b>64.315</b>
(+) Atualização selic ano 2015	102	7.267	889	8.258
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(43)	(4.205)	(385)	(4.633)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	17	22	-	39
(+) Ajuste Parcelamento	-	-	3.799	3.799
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>871</b>	<b>61.309</b>	<b>9.598</b>	<b>71.778</b>
(+) Atualização selic ano 2016	114	8.159	1.198	9.471
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	-	(3.847)	(776)	(4.623)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	-	(229)	(229)
(+) Principal + Multa ref consolidação	-	-	668	668
(-) Pagamento antecipação	-	(8.365)	-	(8.365)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	-	(716)	-	(716)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>985</b>	<b>56.540</b>	<b>10.459</b>	<b>67.984</b>

- (e) A controlada GPC Química transferiu parte de suas plantas de Resinas e Formol de Gravataí para Araucária, aumentando sua produtividade no estado do Paraná e com isto conseguiu um incentivo fiscal postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.

### Impostos correntes e não parcelados

Abaixo posição dos impostos correntes e não parcelados da controladora e suas controladas, com posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
COFINS	-	8	<b>17.424</b>	11.544
INSS	<b>20</b>	6	<b>24.835</b>	17.746
IPÍ	-	-	<b>51.345</b>	41.726
PIS	-	1	<b>3.692</b>	2.913
IRPJ/CSLL	-	-	-	511
ICMS	-	-	<b>644</b>	1.089
IRRF	<b>73</b>	218	<b>343</b>	872
OUTROS	-	83	<b>884</b>	-
	<b>93</b>	316	<b>99.167</b>	76.401

## 16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

### 16.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Prejuízos fiscais a compensar	<b>274.881</b>	267.488
Outras Provisões	<b>22.912</b>	19.786
Parcela não constituída	<b>(129.834)</b>	(118.137)
Base de cálculo	<b>167.959</b>	169.137
Alíquota	<b>25%</b>	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	<b>41.990</b>	42.284
Base negativa de contribuição social	<b>327.129</b>	319.736
Outras Provisões	<b>22.912</b>	19.786
Parcela não constituída	<b>(129.834)</b>	(118.137)
Base de cálculo	<b>220.207</b>	221.385
Alíquota	<b>9%</b>	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	<b>19.819</b>	19.924
Total dos créditos tributários (1) + (2)	<b>61.809</b>	62.208

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social

**GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis**

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

<b>Consolidado</b>		
<b>Ano</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
Até 2010	<b>40.051</b>	<b>92.300</b>
2011	<b>24.117</b>	<b>24.117</b>
2012	<b>56.997</b>	<b>56.997</b>
2013	<b>87.399</b>	<b>87.398</b>
2014	<b>25.853</b>	<b>25.853</b>
2015	<b>33.070</b>	<b>33.070</b>
2016	<b>7.394</b>	<b>7.394</b>
	<b>274.881</b>	<b>327.129</b>

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2017.

<b>Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa</b>	
2017	5.901
2018	6.248
2019	7.962
2020	16.975
Após 2020	24.723
	<b>61.809</b>

A Companhia recentemente aderiu ao Refis e utilizará parte destes créditos para amortizar a dívida existente junto à Receita Federal.

**16.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no trimestre e no acumulado**

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(247)	-
Diferida	-	48	227	243
	-	48	(20)	243
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(663)	-
Diferido	-	132	632	675
	-	132	(31)	675

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no trimestre e no acumulado :

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	52.592	(41.009)	58.008	(57.032)
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	(17.881)	13.943	(19.723)	19.391
Equivalência patrimonial	18.638	(8.450)	227	758
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Constituição/Reversão de provisões	(564)	-	23.977	(1.581)
Ganho (perda) Variação Cambial	-	(3.821)	(47)	(3.063)
Outros ajustes	-	-	(1.683)	(2.952)
Baixa Imp renda retido na fonte não aproveitado	-	(164)	-	(164)
Despesa Indedutível	-	-	-	-
Outras exclusões	4	8	(551)	(1.263)
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(197)	(1.336)	(2.251)	(10.208)
Resultado no período	-	180	(51)	918

### 16.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b><u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social		
Atualização dos ativos	<b>25.507</b>	27.912
Variação cambial pelo regime de caixa	<b>(45)</b>	(10)
	<b>25.462</b>	27.902
Imposto de renda		
Atualização dos ativos	<b>70.849</b>	77.533
Variação cambial pelo regime de caixa	<b>(104)</b>	(11)
	<b>70.745</b>	77.522
<b>Total</b>	<b>96.207</b>	105.424

**16.4. Impostos diferidos líquidos**

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<b><u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social	25.462	27.902
Imposto de renda	70.745	77.521
<b>Total (1)</b>	<b>96.207</b>	105.423
<b><u>2 - Impostos diferidos ativos</u></b>		
Contribuição social	(19.819)	(19.924)
Imposto de renda	(41.990)	(42.284)
<b>Total (2)</b>	<b>(61.809)</b>	(62.208)
<b>Impostos diferidos líquidos (1) + (2)</b>	<b>34.398</b>	43.215
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>34.398</b>	43.215

## 17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	13.696	17.633	32	32	-	-	1.568	1.710
GPC Química S/A (b)	-	-	-	-	26.092	20.407	(3.715)	(4.534)
<b>Total</b>	<b>13.696</b>	<b>17.633</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>26.092</b>	<b>20.407</b>	<b>(2.147)</b>	<b>(2.824)</b>

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação que corrigidos até 31 de dezembro de 2016 somam a importância de R\$ 33.849 o qual sofreu uma redução devido ao aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1. O valor de R\$ 20.153 referente ao passivo a descoberto da controlada está deduzido do saldo.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

b) Refere-se ao saldo de mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano.

	Consolidado							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de mútuo (a)	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (e)	2.092	1.838	-	-	-	-	254	102
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	260	6.095	5.918	-	83	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	21.582	21.582	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubular's S/A (d)	-	-	-	-	9.127	9.459	(332)	(295)
Outras	123	-	-	-	428	424	4	1
	35.187	34.810	260	6.095	15.473	9.883	9	(192)
(-) Provisão para perdas (a)	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(21.582)	(21.582)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.215</b>	<b>1.838</b>	<b>260</b>	<b>6.095</b>	<b>15.473</b>	<b>9.883</b>	<b>9</b>	<b>(192)</b>

(a) Refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.

(b) Os valores referem-se mútuo a receber pela GPC Química(R\$ 3.342); e a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240. Foi reconhecido provisão para perdas na totalidade do valor , considerando a não expectativa de realização do mesmo.

(c) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.

(d) O valor de R\$6.674 em dezembro de 2016 (R\$ 7.402 em dezembro/2015) refere-se a contratos de mútuo celebrados em 2010 e 2011 com a Apolo Tubos. Os valores foram listados na Classe III na Recuperação Judicial e estão sendo quitados conforme Opção B mencionada na nota 1. O valor de R\$ 2.453 em 2016 e R\$ 2.057 em 2015, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a Apolo Tubos e serão liquidados conforme a Opção B.

(e) O valor refere-se ao saldo em 31 de dezembro de 2016 do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 125 e com a Apolo Tubos na ordem de R\$ 1.966 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% aa contra R\$ 118 e R\$ 1.720, em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 31 de dezembro de 2016 totalizava R\$ 68.760, sendo que deste valor R\$ 61.995 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 45.599, dos quais R\$ 21.909 estão considerados na Recuperação Judicial.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### 17.1 Remuneração do pessoal-chave exercício

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 2016 foi de R\$ 850, conforme definida em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Neste período os pagamentos destinados a administração somaram um valor de R\$ 806 contra o valor de R\$ 248 em 2015.

Honorários	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Diretoria	503	180
Conselho Administração	88	
Conselho Fiscal	215	68
	806	248

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2015). Em 09 de maio de 2016, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão de Companhia na razão de 61 (sessenta e uma) ações para 1 (uma) ação, passando o número de ações da Companhia das atuais 358.849.702 para 5.882.782 ações ordinárias norminativas e sem valor nominal.

### 18.2. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**18.3. Outros resultados abrangentes**

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial, os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis, correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

**18.4. Resultado por ação no exercício**

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação no exercício :

<b>Apuração do resultado básico por ação</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Numerador		
Lucro (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	<b>52.592</b>	(40.829)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>5.882.782</b>	358.849.702
Resultado básico por ação	<b>8,9400</b>	(0,1138)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Receita líquida no exercício

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	<b>340.029</b>	304.609
Receita de vendas de compensados	<b>59.961</b>	56.096
Outras receita de vendas de diversos produtos	<b>31.330</b>	19.773
	<b>431.320</b>	380.478
 <u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	<b>148.230</b>	140.493
 <b>Receita bruta de vendas</b>	<b>579.550</b>	520.971
 Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	<b>(15.801)</b>	(10.400)
ICMS sobre vendas	<b>(53.785)</b>	(48.166)
PIS e COFINS sobre vendas	<b>(47.510)</b>	(42.368)
IPI sobre vendas	<b>(24.569)</b>	(22.367)
 <b>Receita operacional líquida</b>	<b>437.885</b>	397.670

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Despesas por natureza no exercício

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CPV</b>	-	-	<b>(345.562)</b>	<b>(329.138)</b>
Custos Variáveis	-	-	<b>(290.221)</b>	<b>(277.537)</b>
Custos Fixos	-	-	<b>(46.693)</b>	<b>(44.049)</b>
Depreciação e Amortização	-	-	<b>(8.648)</b>	<b>(7.552)</b>
<b>Despesas com vendas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.941)</b>	<b>(25.241)</b>
Pessoal	-	-	<b>(5.539)</b>	<b>(5.321)</b>
Frete	-	-	<b>(16.359)</b>	<b>(12.943)</b>
Comissões	-	-	<b>(3.282)</b>	<b>(3.049)</b>
Outras	-	-	<b>(4.761)</b>	<b>(3.928)</b>
<b>Despesas Gerais e Adm</b>	<b>(2.573)</b>	<b>(1.666)</b>	<b>(32.578)</b>	<b>(30.954)</b>
Pessoal	<b>(1.010)</b>	<b>(345)</b>	<b>(17.586)</b>	<b>(20.758)</b>
Depreciação e amortização	<b>(45)</b>	<b>(45)</b>	<b>(924)</b>	<b>(664)</b>
Outras	<b>(1.518)</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(14.068)</b>	<b>(9.532)</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>730</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(49.033)</b>	<b>(63.010)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>(384)</b>	<b>(459)</b>	<b>76.752</b>	<b>(8.589)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.227)</b>	<b>(16.158)</b>	<b>(380.362)</b>	<b>(456.932)</b>

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos produtos vendidos	-	-	<b>(345.562)</b>	<b>(329.138)</b>
Despesas com vendas	-	-	<b>(29.941)</b>	<b>(25.241)</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>(2.573)</b>	<b>(1.666)</b>	<b>(32.578)</b>	<b>(30.954)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>730</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(49.033)</b>	<b>(63.010)</b>
Outras receitas e despesas operacionais	<b>(384)</b>	<b>(459)</b>	<b>76.752</b>	<b>(8.589)</b>
	<b>(2.227)</b>	<b>(16.158)</b>	<b>(380.362)</b>	<b>(456.932)</b>

## 21. Resultado financeiro no exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	<b>(5.686)</b>	<b>(4.445)</b>	<b>(31.987)</b>	<b>(32.030)</b>
Variações monetárias passivas	<b>(409)</b>	<b>(300)</b>	<b>(33.557)</b>	<b>(28.967)</b>
Variações cambiais passivas	-	<b>(14.947)</b>	<b>(1.886)</b>	<b>(20.749)</b>
Outros	<b>(199)</b>	<b>(146)</b>	<b>(3.910)</b>	<b>(3.267)</b>
	<b>(6.294)</b>	<b>(19.838)</b>	<b>(71.340)</b>	<b>(85.013)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	<b>1.568</b>	<b>1.710</b>	<b>1.675</b>	<b>5.932</b>
Variações monetárias ativas	<b>338</b>	<b>383</b>	<b>7.041</b>	<b>6.266</b>
Variações cambiais ativas	<b>5.118</b>	<b>3.710</b>	<b>6.412</b>	<b>8.369</b>
Outros	-	<b>2</b>	<b>7.179</b>	<b>1.436</b>
	<b>7.024</b>	<b>5.805</b>	<b>22.307</b>	<b>22.003</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>730</b>	<b>(14.033)</b>	<b>(49.033)</b>	<b>(63.010)</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**22. Outras receitas (despesas) operacionais no exercício**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Credito presumido de ICMS ( c )	<b>7.561</b>	8.680
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	<b>19.508</b>	(4)
Despesas indedutíveis	<b>(481)</b>	-
Penalidades CCEE (multa)	-	(414)
Recuperação de despesas	<b>531</b>	-
Pis e Cofins s/outras Receitas	<b>(8.238)</b>	(1.290)
Ganho/Perda Refis	<b>(387)</b>	(3.964)
ICMS Decreto 45.782/2016	<b>2.562</b>	-
Despesa com ociosidade ( a )	<b>(1.811)</b>	(1.336)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(256)</b>	(290)
Multa sobre impostos ( b )	<b>(3.912)</b>	(6.505)
Provisão para Contingências	<b>(12.736)</b>	(3.565)
Baixa IRRF	-	(483)
Ganho Plano RJ ( d )	<b>62.801</b>	-
Ganho venda terreno ( f )	<b>15.249</b>	-
Despesa aluguel terreno	<b>(1.271)</b>	-
Provisão para perda Ativos ( e )	<b>(3.689)</b>	-
Outras Líquidas	<b>1.321</b>	583
	<b>76.752</b>	(8.589)

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontra desativada;(Nota 10)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A.:(nota 15)
- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Como mencionado na nota 1 – Recuperação Judicial.
- (e) Provisão para perda referente Mutuo a receber da TGT.
- (f) Conforme mencionado na nota 10.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 2016 foi de R\$ 24, valor este semelhante ao do mesmo período de 2015. Não há passivos futuros a apropriar.

## 24. LAJIDA/EBITDA no exercício

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (Prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	57.957	(56.113)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	51	(918)
(+) Despesas financeiras	71.340	85.013
(-) Receitas financeiras	(22.307)	(22.003)
(+) Depreciações e amortizações	9.572	8.215
<b>LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12</b>	<b>116.613</b>	<b>14.194</b>
(-) Equivalência patrimonial	(485)	(2.231)
<b>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</b>		
(+) Ganho Com Reversão Prov Bens benfica e Baixa Planta Metanol	(19.960)	-
(-) Ganho adequação novo Plano Recup.Judicial	(61.685)	-
(+) Pis e Cofins s/Ganho novo Plano Recup. Judicial	5.705	-
(+) Consolidação Refis Copa	508	-
(+) Multa sobre impostos	3.911	10.469
(+) Provisão para contingências ref Plano Recup Judicial	11.147	3.564
(+) Provisão perda de Ativos	3.689	-
(-) Ganho venda Terreno	(15.249)	-
(+) Despesa aluguel terreno	1.271	-
(-) Outros ajustes	(86)	(137)
<b>LAJIDA (EBITDA) ajustado</b>	<b>45.379</b>	<b>25.859</b>
<b>LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas</b>	<b>10,36%</b>	<b>6,50%</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Informações por segmento no exercício

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

	31/12/2016					31/12/2015				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	329.519	108.367	-	-	437.886	294.424	103.246	-	-	397.670
Lucro Bruto	77.054	15.269	-	-	92.323	54.393	14.139	-	-	68.532
Depreciação e Amortização	(8.213)	(1.314)	(45)	-	(9.572)	(6.717)	(1.452)	(45)	-	(8.215)
Lucro (Prejuízo) operacional	70.507	(2.723)	52.591	(62.368)	58.007	(5.720)	(33.904)	(41.009)	23.601	(57.032)
Resultado Financeiro	(20.596)	(29.166)	730	-	(49.032)	(29.591)	(19.385)	(14.033)	-	(63.009)
Prejuízo antes dos impostos	70.507	(2.723)	52.592	(62.368)	58.008	(5.720)	(33.904)	(41.009)	23.601	(57.032)
IR e CS	(102)	51	-	-	(51)	666	73	180	-	919
Participações	-	-	-	(5.365)	(5.365)	-	-	-	15.284	15.284
Prejuízo Líquido	70.405	(2.672)	52.592	(67.733)	52.592	(5.054)	(33.831)	(40.829)	38.886	(40.829)
Ativo Circulante	290.862	32.404	2.981	(225)	326.023	262.022	42.956	3.987	(225)	308.740
Ativo não Circulante	358.150	171.895	115.298	(244.455)	400.889	353.313	144.953	74.044	(170.368)	401.942
Passivo Circulante	163.513	86.590	6.355	(225)	256.234	248.485	84.348	73.691	(225)	406.299
Passivo não Circulante	485.499	117.710	111.924	(244.455)	470.678	366.850	103.560	4.341	(170.368)	304.383

## 26. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura		Prêmio Cobertura	
		31/12/2016		31/12/2015	
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	110	101.406	110	101.406
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	614	132.000	616	132.000
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	34	903	34	903
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	34	3.000	34	3.000
Acidentes pessoais (produtos e estab. Ind.)	Danos pessoais a terceiros	4	500	4	500
		796	237.809	798	237.809

## 27. Gestão de risco financeiro

### 27.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

### 27.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### (a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**(i) Risco cambial**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ (7.179), não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

**(ii) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a GPC Química mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 709 (2015 - R\$ 638) que se espera gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado						
31/12/2016						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	42.433	234	872	1.327	9.403	54.269
Empréstimos e financiamentos	53.937	23.715	44.435	17.804	36.201	176.092
Total	96.370	23.949	45.307	19.131	45.604	230.361

**27.3. Gestão de capital**

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$3,2205 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2016. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$3,2250 por US\$1,00 para 31 de dezembro de 2016.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 30 de dezembro de 2016	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
Moeda estrangeira	741	2.416	2.387	2.391
IFC	9.161	29.856	29.502	29.544
	9.902	32.272	31.890	31.934
Efeito no resultado			382	338
Taxas utilizadas		3,2591	3,2205	3,2250

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/12/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
143.820	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	143.820	179.775	215.730	
32.272	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	32.272	40.340	48.408	

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos	63.649	72.529	176.092	233.649
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	52	200
Caixa e Equivalentes de Caixa	112	134	1.574	1.691
Dívida Líquida	63.537	72.395	174.466	231.758
Patrimônio Líquido	19.319	(22.469)	13.188	(33.283)
Índice de Alavancagem Financeira	0,30406	(0,31037)	0,07559	(0,14361)

#### 27.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou

## GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

#### Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

##### Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

##### Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

##### Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

##### Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

**27.5. Instrumentos financeiros**

**27.5.1. Categorias**

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Controladora						
31/12/2016			31/12/2015			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	112	-	112	134	-	134
Saldos a receber de partes relacionadas	13.696	-	13.696	17.633	-	17.633
	<b>13.808</b>	<b>-</b>	<b>13.808</b>	<b>17.767</b>	<b>-</b>	<b>17.767</b>

  

Consolidado						
31/12/2016			31/12/2015			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	1.574	-	1.574	1.691	-	1.691
Contas a receber	34.352	-	34.352	16.152	-	16.152
Bens e Direitos creditórios (Nota 7)	89.392	-	89.392	80.337	-	80.337
Saldos a receber de partes relacionadas	2.215	-	2.215	1.838	-	1.838
	<b>127.533</b>	<b>-</b>	<b>127.533</b>	<b>100.018</b>	<b>-</b>	<b>100.018</b>

### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	339	420	54.269	60.567
Empréstimos e Financiamentos	63.649	72.529	176.092	233.649
Outras contas a pagar e parte relacionadas	26.124	20.439	22.817	30.821
	<b>90.112</b>	<b>93.388</b>	<b>253.178</b>	<b>325.037</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

**27.5.2. Mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

**28 .Eventos Subsequentes**

1 - Para cumprimento do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado em outubro de 2016 a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária em que foram aprovados por unanimidade a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$ 55.432.415,22 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 144,06 por ação.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detêm contra a Companhia, a GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

2 - Em 8 de março de 2017, foi proferida pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba, sentença nos autos da ação penal n.º 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, que absolveu o Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e o Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista de todas as acusações a eles imputadas na supra referida denúncia.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas Explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### **Composição do Conselho de Administração**

Presidente : Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares

Vice-Presidente : Luiz Fernando Cirne Lima

Membro do Conselho : Emilio Salgado Filho

Membro do Conselho : Pedro Grossi Junior

Membro do Conselho : João Paulo Jabour Brunet

### **Composição da Diretoria**

Presidente : Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relação com Investidores : Emilio Salgado Filho

### **Gerente de Controladoria e Finanças**

George Abi-Rihan Cordeiro  
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20